

# MANIFESTO PELA INCLUSÃO POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA DOS CAMPUS EXPERIMENTAIS

Estamos vivendo hoje um dos momentos históricos mais importantes e emblemáticos da nossa universidade. O CEPE tem diante de si a possibilidade de resgatar uma dívida moral contraída na gestão do Reitor anterior. Em 2002, em sessão tumultuada do Conselho Universitário, realizada no Campus de Araçatuba - com a presença intimidadora da Polícia Militar - que chegou a filmar o recinto onde transcorria a sessão - foi aprovada, não sem contestação e manifestações de repúdio de vários conselheiros, a proposta do então Reitor, apresentada pelo Prof. Dr. Lauro Henrique de Mello Chueri, na época diretor da Faculdade de Engenharia de Bauru, que estabelecia a criação de oito novos Campus em sete cidades do Estado de São Paulo.

As resistências à aprovação desta proposta estavam assentadas principalmente nos seguintes argumentos:

- (1) a questão não havia sido discutida amplamente na comunidade universitária;
- (2) não havia clareza quanto aos critérios técnicos que teriam sido utilizados para a escolha dos locais e dos cursos a serem implantados, sendo que, se tinha a forte impressão de que estava em curso um processo de ingerência do então Governador do Estado nos assuntos internos da UNESP, com intenções de obter, através da criação dos novos Campus, vantagens eleitorais para o seu grupo político nas eleições de 2002;
- (3) não havia nenhuma garantia explícita de que o impacto orçamentário da criação desses novos Campus seria coberta por dotação orçamentária adequada;
- (4) os novos Campus seriam criados num ambiente de parceria com as prefeituras que os sediariam, celebrada por meio de convênios de cooperação envolvendo a concessão, ou mesmo a doação, de prédios públicos para abrigar as Unidades Universitárias, além, eventualmente, da sessão de

servidores municipais para prestar serviço à UNESP, bem como de transferência, em alguns casos, de recursos financeiros das prefeituras para viabilizar a instalação dos cursos. Muitos conselheiros, e expressivo número de docentes, funcionários técnico-administrativos e alunos, consideravam que esta experiência de parceria deveria ser melhor discutida e aprofundada, de modo a que se estabelecessem salvaguardas para a autonomia da universidade e que fosse evitadas situações, no mínimo embaraçosas, como parece acontecer hoje, diante da possibilidade de que sejam carreados para o Campus recursos provenientes do FUNDEB;

- (5) havia uma grande preocupação quanto à estrutura organizacional, com o organograma político, administrativo, acadêmico e didático a ser implantados nessas novas unidades;
- (6) por conta de todos esses questionamentos havia uma grande preocupação quanto às condições de trabalho a que seriam submetidos docentes e pessoal técnico-administrativo nesses Campus.

Apesar das resistências e ponderações em contrário, foram criadas 8 “Unidades Diferenciadas”, que mais tarde vieram a ser consideradas cursos fora de sede e atualmente são denominadas Campus Experimentais. O Campus de São Vicente, embora seja mais antigo, e tenha uma história diversa dos demais Campus Experimentais, passou, com a expedição da portaria 461/2005, a ter um ordenamento administrativo e político disciplinado pelo mesmo instrumento legal.

Alguns dos problemas anunciados quando da aprovação da criação das “Unidades Diferenciadas” estão hoje, infelizmente, a desafiar, de certo modo, a autonomia e a vocação democrática e participativa da nossa universidade.

Ainda não foi assegurada nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) votadas, desde então, pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na quota-parte das Universidades Públicas, o recurso adequado para o financiamento do processo de expansão de vagas - que culminou com a criação de sete, dos oito Campus propostos - embora tenha sido fornecida dotação extra-orçamentária para este fim pelo Governo do Estado. Não há, no entanto, compromisso explícito de repasse de montante de recursos adequados o que, muitas vezes, alimenta temores de que isto poderá deixar de acontecer a qualquer momento.

Os convênios com as prefeituras, embora tenham sido renovados, têm, em alguns casos, mostrado problemas. Várias delas não têm cumprido integralmente os compromissos assumidos, as relações estabelecidas entre o executivo municipal e as diretorias executivas dos novos Campus nem sempre têm sido muito repetidas para com a autonomia universitária.

Têm sido apontados graves problemas na atual estrutura organizacional dos Campus Experimentais, tanto no que se refere ao quantitativo do subquadro de servidores técnico-administrativos que efetivamente presta serviço neles, quanto ao excessivo número de professores substitutos, muitos contratados em períodos consecutivos há anos, o que configura, no mínimo, uma situação esdrúxula sob o ponto de vista administrativo, legal, acadêmico e pedagógico.

Todos esses apontamentos nos convidam à reflexão sobre medidas a serem tomadas a curto, médio e longo prazo para que os novos Campus, que já não são tão novos, venham a ter condições gerais de funcionamento semelhantes ao restante da UNESP, sob pena de que seja perpetuada uma situação de precariedade nas relações de trabalho, nas condições de desempenho das atividades profissionais dos docentes e do corpo técnico-administrativo. É necessário que a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão promovidas por essas unidades seja preservada e aprimorada e, para isso, é fundamental que avancemos hoje nesta direção.

O quadro atual é grave. Existem Campus que sequer cumprem a portaria 461/05 que estabeleceu as normas para funcionamento dos Conselhos de Curso dessas unidades universitárias (único colegiado local). Deliberações desses Conselhos de Curso têm sido descumpridas. Acrescente-se a isto o fato de que os atuais Coordenadores Executivos não têm mandato determinado -há casos de mais de quatro anos na função.

Evidentemente, à época da sua criação, não havia outra alternativa ao Reitor que não fosse a indicação dos Coordenadores Executivos, colocando nesses cargos docentes da sua confiança oriundos dos Campus Consolidados.

Os Campus Experimentais já têm cinco anos de existência e contam atualmente com um número expressivo de docentes cuja atuação, considerando as condições adversas aqui

relatadas, certamente os qualificou para escolher seus dirigentes entre os seus pares. Não são mais recém doutores debutando na Universidade Pública, mas profissionais temperados num cotidiano difícil que não podem mais ser tutelados pela Reitoria, pois provaram, na superação das inúmeras dificuldades com que se depararam, a sua capacidade de trabalho como docentes, pesquisadores e gestores, portanto não faz mais sentido que se lhes subtraia a possibilidade de eleger, dentre eles, aquele que terá a responsabilidade de dirigir a sua unidade universitária.

O fato do CEPE estar hoje deliberando sobre o texto que comporá a resolução que disciplina o funcionamento dos Campus Experimentais decorre do reconhecimento da necessidade de que sejam restabelecidos para eles padrões democráticos de funcionamento compatíveis com a nossa Universidade. Assim se faz imperioso o estabelecimento de um processo de livre escolha da comunidade acadêmica que, pelo voto direto e secreto, eleja, entre os docentes da unidade, aquele que a dirigirá. É igualmente importante a construção de um texto para esta resolução que explicita claramente, para que não restem dúvidas, ou sobre espaço para interpretações outras, que os órgãos máximos de deliberação local são colegiados, compostos por representantes eleitos dos três segmentos (docentes, servidores técnico-administrativos e alunos), e que o Coordenador Executivo, ou o Diretor, terá entre as suas mais importantes atribuições cumprir, e fazer cumprir, o que for deliberado por esses colegiados.

É este, em nosso entender, o início do caminho para o resgate da dívida moral contraída com a comunidade universitária e com o povo do Estado de São Paulo. Muito ainda terá que ser feito para a inclusão completa e definitiva dos Campus Experimentais à UNESP. Dado este primeiro e fundamental passo, que democratiza as relações de poder locais, os futuros representantes da comunidade terão papel central nesse processo que consideramos imprescindível para que esta Universidade se supere e, apesar dos erros outrora cometidos, recomponha a sua unidade e eleve ainda mais a qualidade dos serviços que presta à sociedade.

## **TODOS SOMOS UNESP**

### **DEMOCRACIA NOS CAMPUS EXPERIMENTAIS**

**DIRETAS JÁ!**